

PROF. LEONARDO AQUINO



# SIMULADO PC/PE

P R O V A 0 3

Este é um simulado cuidadosamente preparado, com questões selecionadas especificamente com base nos critérios relevantes para sua preparação.

Cada questão foi escolhida criteriosamente. Esteja pronto para testar seus conhecimentos de forma direcionada e otimizada.

O simulado inclui questões cuidadosamente selecionadas a partir de provas anteriores de concursos, e a propriedade intelectual de cada questão pertence à sua respectiva banca examinadora.

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

## -PROVA OBJETIVA-

### DIREITO CONSTITUCIONAL

#### ▼ Questão 1

De acordo com a doutrina majoritária, quanto à origem, as Constituições podem ser classificadas como

- Ⓐ promulgadas, que são ditas democráticas por se originarem da participação popular por meio do voto e da elaboração de normas constitucionais.
- Ⓑ outorgadas, que surgem da tradição, dos usos e costumes, da religião ou das relações políticas e econômicas.
- Ⓒ cesaristas, que são as derivadas de uma concessão do governante, ou seja, daquele que tem a titularidade do poder constituinte originário.
- Ⓓ pactuadas, que são formadas por dois mecanismos distintos de participação popular, o plebiscito e o referendo, ambos com o objetivo de legitimar a presença do detentor do poder.
- Ⓔ históricas, que surgem do pacto entre o soberano e a organização nacional e englobam muitas das Constituições monárquicas.

#### ▼ Questão 2

O direito constitucional reclama a existência de princípios específicos, que compõem a denominada metodologia constitucional, para que a Constituição Federal de 1988 seja interpretada. Um dos referidos princípios prevê que, sempre que possível, deve o intérprete buscar a interpretação menos óbvia do enunciado normativo, fixando-a como norma, de modo a salvar a sua constitucionalidade. Trata-se do princípio de

- Ⓐ concordância prática.
- Ⓑ proporcionalidade.
- Ⓒ interpretação conforme a Constituição.
- Ⓓ ponderação de interesses.
- Ⓔ supremacia constitucional.

#### ▼ Questão 3

O estudo dos princípios que regem a interpretação constitucional, em especial os da razoabilidade e da proporcionalidade, estabelece que as normas da Constituição Federal de 1988 devem ser analisadas e aplicadas de modo a permitir que os meios utilizados estejam adequados aos fins pretendidos, devendo o intérprete buscar conceder aos bens jurídicos tutelados uma aplicação justa. Considerando isso, assinale a opção **correta**.

- Ⓐ Com base nos princípios que dão sustentação a uma interpretação sistemática do texto constitucional, é correto afirmar que os direitos e garantias constitucionais devem ser considerados absolutos, sendo possível invocar a norma de maneira irrestrita, em razão do que dispõe a dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- Ⓑ O princípio da harmonização tem por objetivo promover a harmonia entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Apesar dos Poderes serem independentes, a harmonia entre eles é de fundamental importância para que o Estado brasileiro realize seus objetivos, na forma do que estabelece o art. 3.º da Constituição Federal de 1988.
- Ⓒ Em razão do que preceitua o princípio da concordância prática, pode-se dizer que, na ocorrência de conflito entre bens jurídicos garantidos por normas constitucionais, o intérprete deve priorizar a decisão que melhor os harmonize,

de forma a conceder a cada um dos direitos a maior amplitude possível, sem que um deles acabe por impor a supressão do outro.

- Ⓓ O princípio da harmonização permite afirmar que, em razão dos axiomas que fundamentam a República Federativa do Brasil, o intérprete da Constituição deverá sempre observar a supremacia do interesse público, evidenciado, nesse caso específico, o caráter absoluto dos direitos e garantias fundamentais.
- Ⓔ Em se tratando de conflito entre a liberdade de expressão na atividade de comunicação e a inviolabilidade da intimidade da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, como quando um jornal impresso publica notícias que são de interesse público, mas que acabam por invadir a esfera privada de alguém, o intérprete do texto constitucional deverá sempre optar pelo interesse público, descartando o interesse privado.

#### ▼ Questão 4

O método de interpretação da Constituição que, por considerá-la um sistema aberto de regras e princípios, propõe que se deva encontrar a solução mais razoável para determinado caso jurídico partindo-se da situação concreta para a norma, é denominado método

- Ⓐ hermenêutico clássico.
- Ⓑ científico-espiritual.
- Ⓒ tópico-problemático.
- Ⓓ normativo-estruturante.
- Ⓔ hermenêutico concretizador.

#### ▼ Questão 5

Com relação ao direito à igualdade, expressamente previsto no art. 5.º da Constituição Federal de 1988, assinale a opção **correta**.

- Ⓐ Para garantir a efetividade do princípio da igualdade, a Constituição Federal de 1988 não prevê nenhuma norma que trate homens e mulheres de maneira diferenciada. O mencionado princípio da igualdade deve ser considerado de forma absoluta, não se admitindo, em nenhuma hipótese, qualquer forma de diferenciação entre os sexos.
- Ⓑ O princípio constitucional da igualdade está direcionado exclusivamente ao legislador, pois o Poder Legislativo é o responsável pela formação do ordenamento jurídico a partir das regras estabelecidas no art. 59 e seguintes da Constituição Federal de 1988.
- Ⓒ O princípio da igualdade está direcionado exclusivamente aos órgãos da administração pública, considerando-se ser ela a responsável por aplicar o ordenamento jurídico no caso concreto, mediante atos administrativos, visando à realização do interesse público.
- Ⓓ Embora o princípio da igualdade esteja direcionado a toda a administração pública, é possível que, em determinadas situações, mesmo que não haja um motivo legitimador, ocorram certas diferenciações na seleção de candidatos a ocuparem cargos públicos. Nesse caso específico, a administração pública disporá de discricionariedade ilimitada para escolher os candidatos mais aptos, observando que os agentes públicos que ocupam cargos na estrutura do Estado são os responsáveis pela realização do interesse público.

- Ⓔ Analisando-se o princípio da igualdade com relação ao particular, verifica-se que este não poderá tratar os demais membros da sociedade de maneira discriminatória, atingindo direitos fundamentais por meio de condutas preconceituosas, sob pena de responsabilização civil e até mesmo criminal, quando o ato for tipificado como crime. Assim, é vedado ao particular, na contratação de empregados, por exemplo, utilizar qualquer critério discriminatório com relação a sexo, idade, origem, raça, cor, religião ou estado civil.

### ▼ Questão 6

De acordo com o disposto na CF/88, a criação e o desmembramento de municípios serão realizados por meio de

- Ⓐ lei complementar municipal, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal.
- Ⓑ lei complementar estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- Ⓒ lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal.
- Ⓓ decreto estadual, dentro do período determinado por lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal.
- Ⓔ lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta às populações dos municípios envolvidos, mediante referendo, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

### ▼ Questão 7

Assinale a opção que reflete o entendimento do STF acerca das competências constitucionais.

- Ⓐ É inconstitucional lei estadual que obriga as concessionárias a instalarem bloqueadores de sinal de celular em presídio.
- Ⓑ É inconstitucional lei estadual que determina que as prestadoras de serviço telefônico forneçam dados dos usuários que passam trote aos serviços de emergência.
- Ⓒ É constitucional lei estadual que assegura independência funcional a delegados de polícia.
- Ⓓ É constitucional lei estadual que confira porte de arma a inspetores de trânsito.
- Ⓔ É constitucional norma estadual que preveja a concessão de aposentadoria com paridade e integralidade de proventos a policiais civis.

### ▼ Questão 8

Suponha que determinado magistrado esteja sendo processado e julgado no Superior Tribunal de Justiça, por supostamente ter cometido crime comum. Suponha, ainda, que, no curso do processo, ele se aposente voluntariamente. Nessa situação, a competência para processá-lo e julgá-lo será do

- Ⓐ Superior Tribunal de Justiça, conforme a natureza do crime cometido.
- Ⓑ Superior Tribunal de Justiça, independentemente do crime cometido.
- Ⓒ primeiro grau de jurisdição.
- Ⓓ Tribunal de Justiça do estado em que o magistrado atuava.
- Ⓔ Tribunal de Justiça do estado do local do crime.

### ▼ Questão 9

São consideradas reservas do Exército brasileiro as

- Ⓐ polícias militares, os corpos de bombeiros e as polícias penais.
- Ⓑ polícias militares e as polícias penais.
- Ⓒ polícias militares e os corpos de bombeiros militares.
- Ⓓ polícias militares e a polícia penal distrital.
- Ⓔ polícias penais e os corpos de bombeiros militares.

### ▼ Questão 10

Conforme a CF, às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, cabe

- Ⓐ exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras.
- Ⓑ patrulhar ostensivamente as ferrovias federais.
- Ⓒ apurar as infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União.
- Ⓓ exercer as funções de polícia judiciária e apurar as infrações penais, excetuadas as de natureza militar.
- Ⓔ responder pelo policiamento ostensivo, pela preservação da ordem pública e pela defesa civil.

### ▼ Questão 11

A respeito das disposições da Constituição do Estado de Rondônia, assinale a opção **correta**.

- Ⓐ Compete privativamente ao estado legislar sobre garantias, direitos e deveres da Polícia Civil.
- Ⓑ As ações de planejamento, direção e execução do policiamento florestal são de incumbência da Polícia Florestal, hierarquicamente subordinada à Polícia Civil do Estado.
- Ⓒ A Polícia Civil será regida por legislação especial que definirá as suas atividades, respeitados os princípios da Constituição Estadual e da legislação federal, bem como o previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Civis, no que couber.
- Ⓓ Cabe precipuamente à Polícia Civil, instituição permanente, o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.
- Ⓔ Cabe privativamente ao governador do estado, mediante decreto, dispor sobre organização das polícias.

### ▼ Questão 12

Com referência ao habeas corpus e ao mandado de segurança, julgue os itens seguintes, de acordo com o entendimento do STF.

- I Não caberá habeas corpus nem contra decisão que condene a multa nem em processo penal em curso no qual a pena pecuniária seja a única imposta ao infrator.
- II O habeas corpus é o remédio processual adequado para garantir a proteção do direito de visita a menor cuja guarda se encontre sob disputa judicial.
- III Nos casos em que a pena privativa de liberdade já estiver extinta, não será possível ajuizar ação de habeas corpus.
- IV O mandado de segurança impetrado por entidade de classe não terá legitimidade se a pretensão nele veiculada interessar a apenas parte dos membros da categoria profissional representada por essa entidade.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ II e IV.
- Ⓓ I, III e IV.
- Ⓔ II, III e IV.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

### ▼ Questão 13

A administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou

oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. O princípio da administração pública apresentado anteriormente, referente à Súmula n.º 473 do Supremo Tribunal Federal (STF), é o da

- A indisponibilidade do interesse público.
- B supremacia do interesse público.
- C autotutela.
- D moralidade.
- E precaução.

### Questão 14

É possível a convalidação de atos administrativos quando apresentarem defeitos relativos aos elementos

- A objeto e finalidade.
- B motivo e competência.
- C motivo e objeto.
- D competência e forma.
- E finalidade e forma.

### Questão 15

A Corregedoria-Geral de Polícia Civil recebeu denúncia anônima de que Paula, servidora estadual efetiva da Secretaria de Estado de Fazenda cedida à Polícia Civil, atuava, habitualmente, com insubordinação para com seus superiores e divulgava informações da instituição nas redes sociais, sem autorização.

Tendo como referência essa situação hipotética e as normas de direito disciplinar, assinale a opção **correta**.

- A Dada a possibilidade de delegação do poder disciplinar, caberão ao órgão cessionário a apuração e eventual aplicação de penalidade à servidora cedida.
- B Caberá ao órgão cedente apurar os fatos e, se for o caso, aplicar penalidade à servidora cedida.
- C Não cabe a instauração de procedimento disciplinar contra a servidora cedida, em razão de a denúncia ter sido anônima.
- D O órgão cessionário poderá instaurar processo administrativo disciplinar contra a servidora cedida, para apurar falta funcional, porém o julgamento e eventual aplicação de penalidade caberão ao órgão cedente.
- E O órgão cessionário não possui competência para apuração de falta disciplinar de servidor cedido, se a falta não atingir o referido órgão.

### Questão 16

A respeito do poder de polícia, julgue os próximos itens.

**I** Segundo o texto constitucional, o poder de polícia é exercido exclusivamente pelas corporações especializadas da polícia civil e da polícia militar.

**II** Para o exercício adequado do poder de polícia, é necessário que a administração pública obtenha previamente autorização do Poder Judiciário.

**III** No exercício do poder de polícia, o município poderá estabelecer os horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais situados em seu território.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Apenas os itens I e III estão certos.

### Questão 17

Um delegado de polícia, ao tentar evitar ato de violência contra um idoso, disparou, contra o ofensor, vários tiros com revólver

de propriedade da polícia. Por erro de mira, o delegado causou a morte de um transeunte.

Nessa situação hipotética, a responsabilidade civil do Estado

- A dependerá da prova de culpa *in eligendo*.
- B dependerá de o delegado estar, no momento da ocorrência, de serviço.
- C dependerá da prova de ter havido excesso por parte do delegado.
- D existirá se ficar provado o nexo de causalidade entre o dano e a ação.
- E será excluída se o idoso tiver dado causa ao crime.

### Questão 18

A fiscalização exercida pelo TCU na prestação de contas de convênio celebrado entre a União e determinado município, com o objetivo de apoiar projeto de educação sexual voltada para o adolescente, insere-se no âmbito do controle

- A provocado.
- B meritório.
- C subordinado.
- D prévio.
- E vinculado.

### Questão 19

Em relação à improbidade administrativa, julgue os itens a seguir, com base na Lei n.º 8.429/1992.

**I** Embora sem tipificação na Constituição Federal de 1988, a suspensão dos direitos políticos é prevista na Lei n.º 8.429/1992 como sanção aplicável por ato de improbidade administrativa, independentemente de eventuais sanções penais, civis e administrativas cominadas.

**II** São espécies de atos de improbidade administrativa aqueles que atentam contra o decoro parlamentar e contra a dignidade da justiça.

**III** Os herdeiros daquele que causar lesão ao patrimônio público estarão sujeitos às cominações legais até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Apenas os itens I e III estão certos.

### Questão 20

Configura hipótese de inexigibilidade de licitação a

- A prestação de serviço de natureza singular para a divulgação de campanha educacional dirigida à população.
- B aquisição de serviço de informática prestado por empresa pública que tenha sido criada para esse fim específico.
- C aquisição de gêneros perecíveis, enquanto durar o processo licitatório correspondente, desde que realizada com base no preço do dia.
- D aquisição de armamento de determinada marca, desde que justificada a escolha por motivos de segurança pública.
- E contratação, por intermédio de empresário exclusivo, de cantor consagrado pela crítica especializada.

### Questão 21

Determinado órgão administrativo pretende adquirir, mediante processo licitatório, veículos comuns para apoio em atividades externas. Nessa situação hipotética, considerando-se a Lei n.º 14.133/2021, no que diz respeito à modalidade licitatória adequada e ao critério de julgamento, deverá ser adotada a modalidade



- A** do leilão, podendo o critério de julgamento ser o de maior retorno econômico.
- B** do pregão, podendo o critério de julgamento ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- C** de concurso, podendo o critério ser o de maior retorno econômico.
- D** da concorrência, podendo o critério de julgamento ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- E** do diálogo competitivo, devendo o critério ser o de menor preço.

### Questão 22

Suponha que determinado órgão público pretenda realizar a contratação de serviço de manutenção de veículos automotores, no valor de R\$ 90.000, e a aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde. Nessa situação, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021,

- A** são dispensáveis as licitações em ambos os casos.
- B** são inexigíveis as licitações em ambos os casos.
- C** é inexigível a licitação, no primeiro caso, e dispensável, no segundo.
- D** são obrigatórias as licitações em ambos os casos.
- E** E é dispensável a licitação, no primeiro caso, e obrigatória, no segundo.

### Questão 23

Recém-empossado no cargo, ministro de Estado do setor de segurança pública de estado da Federação, no intuito de demonstrar efetividade no combate ao crime, orientou que se desenvolvesse política pública de compra de equipamentos novos para delegacias de polícia em todos os estados. Após estudo preliminar em todos os estados da Federação, verificou-se que algumas delegacias nem sequer possuíam computadores. Diante disso, o ministro determinou a compra emergencial, sem licitação, de tais produtos para essas delegacias desguarnecidas. Ao mesmo tempo, orientou que se promovesse licitação, na modalidade pregão presencial, na forma da Lei federal n.º 10.520/2002, para que todas as demais unidades da polícia civil em questão recebessem computadores novos com a maior brevidade possível.

Nessa situação hipotética,

- A** a escolha da modalidade pregão presencial deve ser justificada, haja vista seu caráter excepcional e potencialmente mitigador da competitividade. Como regra, o pregão deve ser eletrônico para todas as compras de bens comuns pela administração pública federal, ainda que se destinem a outros entes federativos.
- B** a compra emergencial é ilícita. Ainda que seja premente a necessidade de aquisição dos bens, a urgência foi criada pela inação da própria administração pública. Trata-se, assim, de urgência criada, que não admite a hipótese de contratação direta.
- C** o pregão é modalidade de licitação que, conforme a Lei n.º 14.133/2021, implica leilão reverso, de modo que o critério de julgamento, obrigatoriamente, deverá ser o de menor preço ou menor desconto.
- D** a cooperação da União com os estados deve ser estimulada, inclusive para fins de segurança pública e compra de equipamentos e incremento do patrimônio público, respeitada a legislação de licitações e contratos. Nada obstante, uma vez que a compra foi feita pela União, os materiais não serão afetados ao patrimônio do estado, que deveria ter adquirido tais bens urgentes, ainda que sem licitação.
- E** a contratação emergencial é hipótese de inexigibilidade de licitação, tal como define a nova lei geral de licitações e contratos administrativos.

### Questão 24

De acordo com o entendimento do STJ, atendida a necessária prévia notificação, o inadimplemento do usuário permite que se efetue corte no fornecimento de serviço público essencial, ainda que tal inadimplência se refira a dívida

- A** contraída por usuário pessoa jurídica de direito público que não preste serviços indispensáveis à população.
- B** contraída por usuário pessoa física que dependa da manutenção do serviço, de forma contínua, para sua sobrevivência.
- C** de valor irrisório.
- D** não relativa ao mês de consumo.
- E** decorrente de suposta irregularidade no hidrômetro ou medidor de energia elétrica apurada unilateralmente pela concessionária.

### DIREITO PENAL

### Questão 25

O cotejo se dá entre fatos concretos, de modo que o mais completo, o inteiro, prevalece sobre a fração. Não há um único fato buscando se abrigar em uma ou outra lei penal caracterizada por notas especializantes, mas uma sucessão de fatos, todos penalmente tipificados, na qual o mais amplo consome o menos amplo, evitando-se que este seja duplamente punido, como parte de um todo e como crime autônomo.

*Cleber Masson (com adaptações).*

No conflito aparente de normas, o trecho apresentado explica o princípio da

- A** legalidade.
- B** consunção.
- C** especialidade.
- D** subsidiariedade.
- E** alternatividade.

### Questão 26

Francisco, rapaz maior de idade que sempre viveu isolado na roça, adquiriu uma carteira nacional de habilitação ao comprar um veículo usado, acreditando não ser necessário realizar exames para dirigir. Após ser parado em uma blitz, foi processado por falsidade documental e uso de documento falso. Nessa situação hipotética, deve ser reconhecido o

- A** crime putativo por erro de proibição.
- B** erro sobre o elemento constitutivo do tipo penal, que exclui o dolo.
- C** erro sobre a ilicitude do fato, excluindo-se a culpabilidade pela falta de consciência dessa condição.
- D** erro sobre a ilicitude do fato, excluindo-se a culpabilidade pela exigibilidade de conduta diversa.
- E** erro sobre o elemento constitutivo do tipo penal que, sendo vencível, passa a ser punível por culpa.

### Questão 27

Em razão de um procedimento penal instaurado no juizado especial criminal para apurar a contravenção penal de exploração de jogo do bicho, na ocasião da lavratura do termo circunstanciado, foi apreendida a motocicleta de Glauco, servidor público da prefeitura de determinado município, porque, supostamente, ela teria sido utilizada na prática do ilícito. Posteriormente, foi ofertada transação penal pelo representante do MP, prontamente acolhida e integralmente cumprida por Glauco, a quem coube a pena de doação de cinco cestas básicas. Entretanto, a sentença, ao extinguir a punibilidade pelo cumprimento integral das condições pactuadas, decretou a perda da motocicleta em favor da União, por entendê-la proveniente de crime.

Nessa situação hipotética, de acordo com o que dispõe a lei penal sobre os efeitos da condenação,

- A** não caberia a decretação do perdimento da motocicleta, pois não houve condenação penal.
- B** a perda da motocicleta em favor da União constituiu efeito automático da homologação da transação penal.
- C** o juiz deveria decretar, também, a imediata perda do cargo, considerando-se que o agente era servidor público.
- D** não poderia haver o perdimento do bem se a pena máxima cominada ao tipo fosse de um ano de prisão.
- E** só poderia ter sido decretada a perda do bem — motocicleta — se provado ser proveniente da prática do ilícito

### Questão 28

Em relação ao livramento condicional e à suspensão condicional da pena, é **correto** afirmar que

- A** a execução da pena privativa de liberdade não superior a dois anos poderá ser suspensa desde que o condenado não seja reincidente em crime doloso ou culposo.
- B** as penas relativas a infrações diversas não podem ser somadas para efeito do livramento condicional.
- C** a execução da pena privativa de liberdade não superior a quatro anos poderá ser suspensa quando o condenado for idoso.
- D** cabe livramento condicional ao condenado que cumprir mais de dois terços da pena, independentemente de ser reincidente específico em crime hediondo.
- E** a condenação anterior a uma pena de multa não impede a concessão da suspensão condicional da pena.

### Questão 29

Em 15/10/2011, Mirtes, de 21 anos e sem antecedentes criminais, praticou o crime de perigo de contágio de moléstia grave (art. 131 do Código Penal, cuja pena é de um a quatro anos de reclusão e multa). A denúncia foi oferecida em 9/10/2015 e recebida em 15/10/2015. A citação válida ocorreu em 9/10/2016. Ao final do processo, a ré foi condenada à pena de dois anos de reclusão, com sentença publicada em 15/10/2018. Apenas a defesa recorreu e o acórdão, publicado em 15/10/2021, reduziu a pena para um ano de reclusão.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção **correta**.

- A** O juiz deveria ter reconhecido, com base na pena aplicada na sentença, a prescrição virtual ocorrida entre a data do fato e o recebimento da denúncia.
- B** Não ocorreu prescrição em razão da pena em abstrato nem em razão da pena em concreto.
- C** Devido à pena final em concreto, ocorreu prescrição retroativa entre a data do fato e o recebimento da denúncia.
- D** Em razão da pena efetivamente aplicada, ocorreu a prescrição superveniente entre a publicação da sentença e o julgamento do acórdão.
- E** Em virtude da pena final em concreto, ocorreu prescrição retroativa entre a data da citação válida e a publicação da sentença.

### Questão 30

Em 16/11/2011, um indivíduo, réu primário com 21 anos de idade à época, cometeu furto simples (art. 155, caput, Código Penal – pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa). A denúncia foi oferecida em 10/11/2015 e recebida em 16/11/2015. Após a tramitação regular do processo, esse indivíduo foi condenado à pena de dois anos de reclusão, sentença publicada em 16/11/2018. Apenas a defesa recorreu, e o acórdão publicado em 16/11/2021 reduziu a pena para um ano de reclusão.

A partir dessa situação hipotética, é **correto** afirmar que

- A** o juiz deveria ter reconhecido, com base na pena aplicada na sentença, a prescrição virtual ocorrida entre a data do fato e a do recebimento da denúncia.
- B** não ocorreu prescrição nem em razão da pena em abstrato nem em razão da pena em concreto.
- C** houve, devido à pena em concreto final, prescrição retroativa entre a data do fato e a do recebimento da denúncia.
- D** houve, por pena em concreto final, prescrição retroativa entre o recebimento da denúncia e a sentença, pois há causa de redução do prazo prescricional.
- E** ocorreu, em razão da pena efetivamente aplicada, a prescrição superveniente entre a data de publicação da sentença e a do julgamento do acórdão.

### Questão 31

O feminicídio – crime cometido contra a vida da mulher devido à sua condição de sexo feminino – tem aumento de pena se praticado

- A** contra vítima menor de dezoito anos de idade.
- B** contra vítima portadora de doença degenerativa que acarrete condição limitante.
- C** durante a gestação ou nos seis meses após o parto.
- D** na presença física ou virtual de descendente, ascendente ou irmão da vítima.
- E** contra vítima com idade maior ou igual a sessenta e cinco anos.

### Questão 32

João arrombou a loja onde trabalha, e que pertence à sua mãe de 60 anos de idade, levando mercadorias avaliadas em milhares de reais. Na situação hipotética apresentada, pode-se afirmar que João

- A** praticou furto com rompimento de obstáculo à subtração da coisa.
- B** cometeu a infração penal de dano qualificado com prejuízo considerável para a vítima.
- C** responderá por furto de coisa comum por sua condição de herdeiro necessário.
- D** não responderá por crime contra o patrimônio, visto ser amparado por isenção de pena.
- E** responderá pelo crime de apropriação indébita com aumento de pena em razão do emprego que exercia.

### Questão 33

Paulo, que é enfermeiro, sob a alegação de ter descoberto a cura do câncer, distribuiu aos pacientes do hospital oncológico onde trabalhava ampolas com substância desconhecida, afirmando que seu conteúdo era infalível e a cura, certa. Em conversa gravada, Paulo foi flagrado dizendo que não havia propriedade curativa na substância. Na situação hipotética apresentada, a imputação mais adequada à conduta de Paulo seria a de

- A** estelionato.
- B** falsificação de produto destinado a fins medicinais.
- C** curandeirismo.
- D** charlatanismo.
- E** exercício ilegal da medicina.

### Questão 34

Com relação aos crimes contra a administração pública, assinale a opção correta.

- A** Ser membro de poder ou exercer cargo de elevada envergadura são circunstâncias irrelevantes para a formulação da pena-base dos crimes contra a administração pública.
- B** A corrupção ativa não pode existir na ausência de corrupção passiva, pois tais condutas são tipicamente bilaterais.
- C** O princípio da insignificância poderá ser aplicado aos crimes contra a administração pública quando o agente for primário e o prejuízo causado ao erário for inexpressivo.

- Ⓓ A circunstância elementar do crime de peculato se comunica ao coautor ou partícipe, mesmo que estes não integrem o serviço público.
- Ⓔ O crime de corrupção ativa é de natureza material e se consuma com a efetiva entrega da vantagem oferecida.

### Questão 35

A respeito dos crimes contra a administração pública, assinale a opção **correta**.

- Ⓐ A conduta de médico particular solicitar o pagamento de valor em dinheiro para atender paciente pelo Sistema Único de Saúde não configura crime funcional, pois o agente não se enquadra no conceito de funcionário público para fins penais.
- Ⓑ Comete o crime de prevaricação funcionário público que, por indulgência, deixa de responsabilizar subordinado que tenha cometido infração no exercício do cargo.
- Ⓒ Particular que aquiesce com a exigência de funcionário público, quando este comete o crime de concussão, entregando-lhe o valor pedido em razão do exercício de sua função, não comete nenhum crime nesse caso.
- Ⓓ O crime de corrupção passiva somente se configura com a efetiva prática ou omissão da conduta funcional do servidor, já que o chamado ato de ofício integra o tipo penal.
- Ⓔ Quem oferece dinheiro a perito para que este elabore laudo favorável à sua pretensão comete crime de corrupção ativa, definido no art. 333 do Código Penal.

### Questão 36

José entrou em um ônibus de transporte público e, ameaçando os passageiros com uma arma de fogo, subtraiu de diversos deles determinadas quantias em dinheiro.

Nessa situação hipotética, de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores,

- Ⓐ a prática do delito contra vítimas diferentes em um mesmo contexto e mediante uma só ação configurou concurso material.
- Ⓑ a simples inversão da posse dos bens — dos passageiros para José — não consumou o crime de roubo; para tal, seria necessária a posse mansa e pacífica ou desviada dos valores subtraídos por José.
- Ⓒ o fato de o delito ter sido praticado em ônibus de transporte público de passageiros será causa de aumento de pena.
- Ⓓ se a arma utilizada no crime fosse de brinquedo e, ainda assim, tivesse causado fundado temor nas vítimas, deveria ser aplicada majorante do crime de roubo.
- Ⓔ o crime de porte de arma será absorvido pelo crime de roubo, ante os fatos de haver nexo de dependência entre as duas condutas e de os delitos terem sido praticados em um mesmo contexto fático.

### Questão 37

Em uma investigação policial realizada para apurar o golpe conhecido como falso sequestro, em que uma pessoa telefona para outra, afirmando, falsamente, ter sequestrado alguém de sua família e exigindo determinada quantia pecuniária para liberá-la, apurou-se que as chamadas eram efetuadas de telefones celulares que se encontravam dentro de determinado presídio público. Então, realizou-se uma operação policial no estabelecimento prisional, tendo sido apreendidos 27 aparelhos celulares. No curso investigatório, também se apurou que o visitante Maycon era responsável por promover a entrada dos aparelhos telefônicos no presídio e que o visitante Wellington era responsável por trazer novos *chips* com planos pré-pagos para os aparelhos, enquanto Gilberto, policial penal, fazia vista grossa, deixando de vetar aos presos o acesso aos aparelhos. Gilberto agia assim por ordem de José Augusto, diretor da unidade, que recebia a quantia mensal de R\$ 20 mil para a manutenção do esquema.

A partir dessa situação hipotética e da jurisprudência do STJ, assinale a opção **correta**.

- Ⓐ O golpe conhecido como falso sequestro configura o crime de estelionato.
- Ⓑ José Augusto cometeu o crime de corrupção ativa, previsto no art. 333 do Código Penal.
- Ⓒ A posse de telefone celular por pessoa presa, mesmo que esta não tenha participado de sua introdução no presídio, configura o crime de favorecimento específico, previsto no artigo 349-A do Código Penal.
- Ⓓ Maycon e Wellington cometeram o crime de favorecimento específico, previsto no artigo 349-A do Código Penal.
- Ⓔ Gilberto cometeu a modalidade específica do crime de prevaricação, previsto no art. 319-A do Código Penal.

### Questão 38

Paulo foi surpreendido em uma abordagem policial enquanto consumia um cigarro de maconha e portava outro para consumir em momento posterior. Com o fim de evitar sua condução à delegacia, Paulo ofereceu seu aparelho celular de última geração aos policiais.

Nessa situação hipotética, de acordo com o entendimento dos tribunais superiores, Paulo

- Ⓐ deve ser autuado em flagrante delito pelo crime de corrupção passiva por tentar impedir a atuação da polícia.
- Ⓑ cometeu crime de corrupção ativa ao oferecer vantagem aos policiais na tentativa de que não o levassem à delegacia pela conduta de posse de drogas ilícitas.
- Ⓒ pode ser acusado pelo crime de corrupção ativa na modalidade tentada, caso os policiais não tenham aceitado a oferta.
- Ⓓ cometeu o crime de favorecimento pessoal, previsto no Código Penal, ao oferecer o aparelho celular aos policiais.
- Ⓔ não deve ser autuado por nenhum crime, em razão de a conduta de uso de entorpecentes ter sido descriminalizada.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

### Questão 39

O princípio da paridade de armas (par condicio)

- Ⓐ não é aplicável ao processo penal brasileiro em face do sistema acusatório.
- Ⓑ se aplica ao processo penal de forma absoluta.
- Ⓒ é também denominado princípio do contraditório.
- Ⓓ é exercido sem restrições no âmbito do inquérito policial.
- Ⓔ é mitigado na ação penal pública pelo princípio da oficialidade.

### Questão 40

Em relação ao inquérito policial, assinale a opção **correta**.

- Ⓐ Havendo repercussão interestadual que exija repressão uniforme, o delegado da Polícia Federal poderá apurar crimes cuja apuração seja de competência da justiça estadual, não havendo mácula apta a invalidar a produção de provas.
- Ⓑ O delegado de polícia não pode presidir nem instaurar inquérito policial para apurar crime ocorrido fora de sua circunscrição territorial, pois o lugar de consumação do delito é o que define a atribuição da polícia investigativa, em nome do princípio do delegado natural.
- Ⓒ Se, no curso de investigações policiais presididas por delegado de polícia civil estadual, sobrevier a federalização do crime, deverá ser mantida a atribuição da polícia civil estadual, uma vez que esta não está subordinada à Polícia Federal e não há, no ordenamento jurídico brasileiro, a possibilidade de instauração do incidente de deslocamento de competência no curso do inquérito.
- Ⓓ O prazo para o delegado de polícia civil concluir o inquérito policial é de trinta dias, se o indiciado estiver solto,



configurando constrangimento ilegal a superação desse prazo sem autorização judicial, por se tratar de prazo próprio.

- Ⓔ Ainda que haja motivo de interesse público, o chefe de polícia civil não pode avocar nem redistribuir o inquérito policial, uma vez que a regra dos atos administrativos não se aplica no âmbito da investigação policial.

#### Questão 41

Julgue os itens seguintes acerca do inquérito policial.

**I** O investigado pode propor diligências à autoridade policial ou apresentar a ela documentos cuja juntada ao inquérito entenda pertinentes. Nesse caso, caberá à autoridade policial decidir acerca da realização da diligência solicitada ou da juntada do documento.

**II** O defensor do acusado, além de ter acesso aos autos do inquérito, também poderá estar presente no interrogatório do indiciado e na produção de provas testemunhais, ocasião em que poderá fazer perguntas.

**III** Em inquérito policial instaurado para apurar a suposta consumação de fatos relacionados ao uso de força letal, praticados por policial civil no exercício de suas funções, o investigado deverá ser cientificado da instauração do procedimento, podendo constituir defensor em até 48 horas.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item **I** está certo.  
 Ⓑ Apenas o item **II** está certo.  
 Ⓒ Apenas os itens **I** e **III** estão certos.  
 Ⓓ Apenas os itens **II** e **III** estão certos.  
 Ⓔ Todos os itens estão certos.

#### Questão 42

Assinale a opção **correta**, acerca de inquérito policial.

- Ⓐ A autoridade policial que preside o inquérito policial para apurar crime de ação penal pública pode, fundamentadamente, decidir sobre a conveniência e(ou) oportunidade de diligências requisitadas pelo Ministério Público.  
 Ⓑ O inquérito policial, consoante o princípio da oficialidade, poderá ser instaurado apenas de ofício pela autoridade policial ou mediante requisição do Ministério Público.  
 Ⓒ Com base em denúncia anônima de fato criminoso, a autoridade policial pode, independentemente de apuração prévia, instaurar inquérito policial com fundamento exclusivo naquela informação anônima.  
 Ⓓ Não se permite ao indiciado qualquer tipo de intervenção probatória durante o inquérito policial.  
 Ⓔ O investigado deve ter acesso a todos os elementos já documentados nos autos do inquérito policial, ressalvadas as diligências em andamento cuja eficácia dependa do sigilo.

#### Questão 43

Denomina-se *notitia criminis* de cognição imediata quando a autoridade policial

- Ⓐ fica sabendo da infração penal mediante requisição do juiz.  
 Ⓑ efetua a prisão em flagrante.  
 Ⓒ toma conhecimento da infração penal por requerimento do ofendido.  
 Ⓓ fica sabendo da infração penal em razão do desempenho de suas atividades regulares.  
 Ⓔ toma conhecimento da infração penal em razão de requisição do Ministério Público.

#### Questão 44

Acerca dos atos do delegado de polícia durante o inquérito policial, assinale a opção **correta**.

- Ⓐ O delegado de polícia poderá instaurar inquérito policial para apurar delitos específicos e complexos que cheguem ao seu conhecimento, sendo-lhe autorizada, ainda, a realização de *fishing expedition*, por ser um procedimento investigatório especial em razão da artimanha do *modus operandi*.  
 Ⓑ Em caso de crime que deixar vestígios, se houver a confissão do indiciado, a autoridade policial poderá dispensar o encaminhamento da vítima para a realização do exame de corpo de delito.  
 Ⓒ Diante de *notitia criminis* inqualificada, antes de determinar a abertura do inquérito policial, o delegado de polícia deve promover a diligência de verificação de procedência das informações, a fim de evitar delação inescrupulosa.  
 Ⓓ O delegado de polícia poderá interrogar pessoa inimputável presa em flagrante, não sendo possível a nomeação de curador para acompanhar o ato.  
 Ⓔ O delegado de polícia poderá realizar o interrogatório, sem a participação de advogado, ainda que o indiciado informe que deseja a presença de seu advogado no ato.

#### Questão 45

Uma autoridade policial determinou a instauração de inquérito policial para apurar a prática de suposto crime de homicídio. Entretanto, realizadas as necessárias diligências, constatou-se que a punibilidade estava extinta em razão da prescrição.

Nessa situação,

- Ⓐ é cabível recurso em sentido estrito com o objetivo de trancar o inquérito policial, mas somente após a decisão que recebe a denúncia.  
 Ⓑ não há instrumento processual capaz de trancar o inquérito policial.  
 Ⓒ poderá ser impetrado habeas corpus com o objetivo de trancar o inquérito policial.  
 Ⓓ poderá ser impetrado mandado de segurança contra o ato da autoridade policial para trancar o inquérito policial.  
 Ⓔ é cabível recurso de apelação com o objetivo de trancar o inquérito policial, mas somente em caso de sentença penal condenatória.

#### Questão 46

Tício está sendo processado criminalmente pela prática de crime de apropriação indébita. Em sua resposta à acusação, Tício alega ser improcedente a imputação, tendo em vista que discute, em ação civil por ele proposta, a legitimidade da posse da coisa móvel.

Acerca dessa situação, assinale a opção **correta**.

- Ⓐ O juiz poderá suspender a ação penal a depender tão somente da prévia propositura da ação cível pelo acusado.  
 Ⓑ A resolução da questão prejudicial pelo juiz criminal faz coisa julgada.  
 Ⓒ Não há possibilidade de suspensão da ação penal movida contra Tício.  
 Ⓓ O juiz criminal pode resolver, *incidenter tantum*, a questão da posse sem que seja necessária a suspensão da ação penal.  
 Ⓔ O juiz deverá suspender a ação penal até que se dirima no juízo cível a questão da legitimidade da posse.

#### Questão 47

Em relação à prova criminal, é **correto** afirmar que,

- Ⓐ na falta de perito oficial, o exame será realizado por duas pessoas idôneas, com formação superior preferencialmente na área técnica relacionada à perícia.  
 Ⓑ a confissão formal do acusado pode suprir a ausência do exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios.

- Ⓒ na sentença, o juiz não pode desconsiderar integralmente as conclusões de laudo pericial elaborado por perito oficial.
- Ⓓ o exame deve ser realizado por dois peritos oficiais sob pena de nulidade, sendo admitida a elaboração do laudo por aquele que participou da diligência de apreensão.
- Ⓔ para a comprovação da materialidade do crime de violação de direito autoral, é necessária a perícia de todo o produto apreendido para verificar a exata extensão do dano.

### ▼ Questão 48

Acerca das medidas cautelares diversas da prisão, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em razão do sistema acusatório e do princípio do contraditório, por previsão expressa do Código de Processo Penal, o juiz não poderá revogar de ofício a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que ela subsista, tampouco voltar a decretá-la se sobrevierem razões que a justifiquem.
- Ⓑ A prática de nova infração penal pelo sujeito que estiver em liberdade provisória pelo pagamento de fiança resultará na perda total do valor depositado a título da fiança, podendo o juiz estabelecer outras medidas cautelares que entender adequadas.
- Ⓒ Segundo o Código de Processo Penal, o réu a fiançado não pode se ausentar de sua residência por mais de cinco dias sem comunicar o local onde poderá ser encontrado, sob pena de quebraimento da fiança.
- Ⓓ Se, na delegacia, a autoridade policial conceder a liberdade provisória mediante o pagamento de fiança e o preso tiver o dinheiro em mãos, mas não puder efetuar o depósito de pronto, constando em termo, o valor poderá ser entregue ao escrivão, que, dentro de três dias, deverá dar o destino correto à quantia.
- Ⓔ O indiciado que seja maior de oitenta anos ou portador de doença grave, assim como a indiciada gestante, poderá ficar em prisão domiciliar, sendo-lhe permitido ausentar-se de casa se houver anuência da autoridade policial ou judicial.

### ▼ Questão 49

Pedro, Joaquim e Sandra foram presos em flagrante delito. Pedro, por ter ofendido a integridade corporal de Lucas, do que resultou debilidade permanente de um de seus membros; Joaquim, por ter subtraído a bicicleta de Lúcio, de vinte e cinco anos de idade, no período matutino — Lúcio a havia deixado em frente a uma padaria; e Sandra, por ter subtraído o carro de Tomás mediante grave ameaça.

Considerando-se os crimes cometidos pelos presos, a autoridade policial poderá conceder fiança a

- Ⓐ Joaquim somente.
- Ⓑ Pedro somente.
- Ⓒ Pedro, Joaquim e Sandra.
- Ⓓ Pedro e Sandra somente.
- Ⓔ Joaquim e Sandra somente.

### ▼ Questão 50

Assinale a opção **correta** em relação à citação e à intimação no processo penal.

- Ⓐ Os prazos são contados da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória.
- Ⓑ É válida a citação por edital de réu preso na mesma comarca do juízo processante quando este não tem ciência do fato.
- Ⓒ O processo ficará suspenso caso o réu seja citado pessoalmente e, injustificadamente, deixe de comparecer em juízo.
- Ⓓ A intimação do membro do Ministério Público, do assistente de acusação e do defensor do réu é pessoal.
- Ⓔ É nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, mas não transcreve nem resume a inicial.

### ▼ Questão 51

Considerando a doutrina e o entendimento do STF, o termo circunstanciado de ocorrência

- Ⓐ refere-se a instrumento legal limitado a constatar a ocorrência de crimes de menor potencial ofensivo e constitui atividade investigativa.
- Ⓑ constitui instrumento cuja lavratura é função privativa da polícia judiciária.
- Ⓒ deve ser lavrado em caso de crime que envolva violência doméstica ou familiar contra a mulher com pena máxima inferior a dois anos.
- Ⓓ deve ser lavrado em caso de crime de lesão corporal culposa cometido na direção de veículo automotor em que o agente estava sob a influência de álcool.
- Ⓔ pode ser lavrado pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros Militar se houver norma estadual prevendo tal possibilidade.

### ▼ Questão 52

Uma operação policial foi deflagrada para coibir a atividade ilícita de determinados ferros-velhos na região da Baixada Fluminense, onde, segundo as investigações, carros, produtos de furto e roubos, eram cortados e suas peças eram vendidas no mercado paralelo em todo o estado. Atuaram na operação 80 agentes de polícia e 10 delegados, que, munidos de mandados de busca e apreensão e mandados de prisão, prenderam 40 pessoas, recuperaram 120 automóveis furtados e roubados e centenas de peças diversas de automóveis, além de terem efetuado a prisão em flagrante de 60 pessoas. Na operação, também foram apreendidos telefones celulares, *chips*, documentos de propriedade de veículos e diversas placas de identificação veicular.

Em um desses ferros-velhos, Orozimbo, advogado, encontrava-se ao lado de um automóvel produto de crime. Conforme filmagens apreendidas pela polícia, ele havia chegado ao local nesse automóvel, minutos antes da chegada dos policiais. Ainda, um dos presos em flagrante disse, no momento da prisão, que grande parte dos documentos dos carros furtados e roubados apreendidos estava no escritório do advogado Orozimbo, guardados para serem negociados com integrantes de quadrilha que vendia carros no Paraguai.

Os celulares apreendidos com quatro dos presos foram desbloqueados pelos titulares das linhas, espontânea e consentidamente, e mostravam conversas em grupos de aplicativos de mensagem com o chefe de quadrilha, nominado de Thief. Fotos e vídeos de integrantes da quadrilha, agindo nas ruas da cidade, também foram encontrados nos celulares. Os documentos pessoais de Thief (passaporte, identidade e CPF) ficavam no escritório de Orozimbo, guardados num cofre.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção **correta**.

- Ⓐ Eventual procedimento de busca e apreensão no escritório do advogado Orozimbo será protegido pela inviolabilidade relativa, por existirem indícios da sua participação nos crimes objeto da operação.
- Ⓑ A realização de busca e apreensão no escritório do advogado Orozimbo não é admissível, por ser assegurada pela lei a inviolabilidade absoluta de seu escritório ou local de trabalho.
- Ⓒ É admissível a realização de busca e apreensão no escritório do advogado Orozimbo, para apreensão de todo e qualquer material que lá estiver, inclusive os de eventuais sócios dele, considerando-se a prática do crime investigado.
- Ⓓ A realização de busca e apreensão no escritório do advogado Orozimbo somente poderá ocorrer se se tratar da prática de crime inafiançável cuja pena seja superior a oito anos de reclusão.

- Ⓔ Orozimbo não poderá ser preso em flagrante delito, porque, sendo advogado, possui imunidade profissional que impede sua prisão.

### LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL EXTRAVAGANTE

#### ▼ Questão 53

No que concerne às disposições estabelecidas na Lei n.º 7.716/1989 e decisões do STF acerca dos crimes nela previstos, assinale a opção **correta**.

- Ⓐ Em decorrência de vedação constitucional, não será concedida liberdade provisória aos presos em flagrante por prática de racismo, com ou sem fiança.
- Ⓑ Admite-se a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, se preenchidos os requisitos do Código Penal.
- Ⓒ Se os crimes previstos nesse dispositivo legal forem praticados por servidor público no exercício de suas funções, a perda do cargo é efeito automático da condenação.
- Ⓓ O crime de racismo é imprescritível e punido com reclusão, devendo as condenações decorrentes de sua prática ser cumpridas em regime inicialmente fechado.
- Ⓔ O conceito de racismo, segundo os tribunais superiores, não engloba condutas homofóbicas, dada a inexistência de previsão legal nesse sentido.

#### ▼ Questão 54

Acerca da aplicação dos institutos da Lei n.º 9.099/1995 aos crimes de trânsito, assinale a opção **correta**.

- Ⓐ Admite-se proposta de suspensão condicional do processo em crime de embriaguez ao volante.
- Ⓑ É cabível a transação penal nos crimes de embriaguez ao volante.
- Ⓒ É cabível a composição civil extintiva da punibilidade no crime de participação em competição não autorizada, em via pública, na direção de veículo automotor.
- Ⓓ A ação penal do crime de lesão corporal culposa é pública incondicionada à representação do ofendido.
- Ⓔ O instituto da transação penal aplica-se, indistintamente, a todos os crimes de lesão corporal culposa.

#### ▼ Questão 55

Nos crimes ambientais, as penas restritivas de direitos substituirão as penas privativas de liberdade quando estas últimas forem fixadas em período inferior a

- Ⓐ 4 anos.
- Ⓑ 2 anos.
- Ⓒ 1 ano.
- Ⓓ 3 anos.
- Ⓔ 6 meses.

#### ▼ Questão 56

A respeito do crime de lavagem de dinheiro praticado ao se adquirir bens com o produto de crime antecedente, perpetrado por organização criminosa de que o agente seja integrante, assinale a opção **correta**.

- Ⓐ O juiz poderá decretar medidas assecuratórias sobre bens, direitos ou valores para a reparação de dano decorrente do branqueamento de capitais, mas não daquele decorrente da infração penal antecedente.
- Ⓑ O juiz não poderá determinar, por iniciativa própria, a alienação antecipada de bens constritos, sob a alegação de preservação do valor desses bens.
- Ⓒ Se o agente acordar com a justiça a colaboração premiada, poderá obter o perdão judicial, mesmo que o acordo ocorra posteriormente à sentença.
- Ⓓ No caso de colaboração premiada, as proposições do acordo serão formuladas pelo juiz, juntamente com o MP e com o

delegado de polícia, e, se for aceito, o acordo será homologado judicialmente.

- Ⓔ O juiz poderá decretar medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores do investigado, independentemente de requerimento do MP ou representação do delegado de polícia.

#### ▼ Questão 57

No dia 16 de janeiro de 2021, por volta das 03:45 h, no interior de uma boate situada na Zona Sul do Rio de Janeiro, João ofendeu a integridade física de Simone, tendo-lhe desferido um soco no rosto, o que causou lesões corporais nela. A vítima e o agressor haviam mantido um relacionamento amoroso no passado, cerca de dois anos antes da data da agressão, a qual fora motivada por questões ligadas ao término do relacionamento.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção **correta**.

- Ⓐ Houve crime de lesão corporal, sem o reconhecimento da violência doméstica, porquanto agressor e vítima já não mais tinham envolvimento amoroso.
- Ⓑ Caso Simone e João reatem o relacionamento, ocorrerá a extinção da punibilidade do crime praticado por ele.
- Ⓒ A agressão citada, por ter ocorrido em decorrência do relacionamento entre vítima e agressor, apesar de tal vínculo ter cessado, caracteriza violência doméstica, conforme hipótese prevista no inciso III do art. 5.º da Lei n.º 11.340/2006.
- Ⓓ O agressor cometeu crime de injúria real.
- Ⓔ João cometeu os crimes de lesão corporal e de tentativa de feminicídio, em concurso de crimes.

#### ▼ Questão 58

No dia 1.º/1/2022, Bruna compareceu à delegacia de atendimento à mulher em Cabo Frio – RJ, pois estava sentindo dores na região da genitália. Em seu depoimento, relatou que, no dia anterior, estava na casa de amigos, celebrando o Ano Novo, ocasião na qual conheceu Juan, com quem se recordava de ter conversado. Ela afirmou que, em determinado momento, fora levada por Juan para um quarto, ficando os dois a sós, e, embora estivesse sonolenta naquela situação, não havia consentido com a prática de qualquer tipo de ato com conotação sexual. Ela ainda relatou à delegada que havia ingerido apenas bebida alcoólica, que não havia feito uso de medicamentos e que não se lembrava de como retornara para sua residência. Sem ter havido perícia no local dos fatos, a delegada de polícia imediatamente encaminhou Bruna para a realização de exame de corpo de delito. O perito legista relatou equimoses nos seios, na região lateral do quadril e na região cervical de Bruna, tendo recolhido uma amostra de sangue dela, em que foi constatada a presença de fenobarbital, e uma amostra de material da cavidade vaginal, em que ficou evidenciada a presença de antígeno prostático específico e de material genético no sêmen coletado, encaminhados para exame logo em seguida.

Nessa situação hipotética, conforme as disposições do Código de Processo Penal acerca do exame de corpo de delito e da cadeia de custódia, bem como consoante o regramento previsto pela Lei n.º 14.069/2021, pelo Decreto n.º 7.950/2013 e pela Lei n.º 12.037/2009, a delegada de polícia responsável pela investigação deverá

- Ⓐ recorrer ao Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro, como única forma de identificação do autor da violência sexual contra Bruna, a partir do material coletado no exame de corpo de delito.
- Ⓑ determinar a juntada, ao inquérito policial, da confirmação da identificação criminal eventualmente obtida a partir dos dados contidos no Banco Nacional de Perfis Genéticos, após fazer ampla e deliberada divulgação sobre estes na imprensa, uma vez que tais dados são públicos e não sigilosos.

- Ⓒ considerar a imprestabilidade dos vestígios, uma vez que não houve perícia no local do crime, único momento no qual os vestígios poderiam ter sido reconhecidos, fixados e coletados para possibilitar eventual exame de confronto genético.
- Ⓓ determinar a juntada, ao inquérito policial, do laudo pericial assinado por perito oficial devidamente habilitado, caso seja constatada a coincidência de perfis genéticos entre os dados da amostra coletada do material vaginal e os que constem no Banco Nacional de Perfis Genéticos.
- Ⓔ seguir a determinação do membro do Ministério Público quanto ao tratamento a ser dado ao vestígio coletado, feita em manifestação individual nos autos do inquérito policial, em detrimento das ordens técnicas exaradas pelo órgão central de perícia oficial de natureza criminal.

### ▼ Questão 59

Constitui requisito para a tipificação do crime de organização criminosa

- Ⓐ a prática de crimes cuja pena máxima seja igual ou superior a cinco anos.
- Ⓑ a atuação de estrutura organizacional voltada à obtenção de vantagem exclusivamente econômica.
- Ⓒ a divisão de tarefas entre o grupo, mesmo que informalmente.
- Ⓓ a prática de crimes antecedentes exclusivamente transnacionais.
- Ⓔ a estruturação formal de grupo constituído por três ou mais pessoas.

### ▼ Questão 60

Em relação à Lei n.º 13.869/2019 e a seus dispositivos, que se referem aos crimes abuso de autoridade, assinale a opção **correta**.

- Ⓐ A prática de crime de abuso de autoridade pressupõe vínculo estatutário do agente ativo com a administração pública.
- Ⓑ Alguns dos delitos previstos nessa lei processam-se mediante ação penal pública condicionada à representação.
- Ⓒ Um dos efeitos da condenação pela prática de abuso de autoridade é a perda do cargo público, que deverá ser fundamentada e pode ser aplicada em caso de reincidência, ainda que não específica.
- Ⓓ Sem prejuízo das disposições do Código Penal, essa lei admite a substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direitos, entre as quais a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato por prazo determinado.
- Ⓔ A configuração dos crimes de abuso de autoridade exige elemento subjetivo específico ou, então, na modalidade culposa, negligência, imprudência ou imperícia no desempenho da função pública.

### ▼ Questão 61

Com referência aos parâmetros legais da dosimetria da pena para os crimes elencados na Lei n.o 11.343/2006 — Lei Antidrogas — e ao entendimento dos tribunais superiores sobre essa matéria, assinale a opção correta.

- Ⓐ A personalidade e a conduta social do agente não preponderam sobre outras circunstâncias judiciais da parte geral do CP quando da dosimetria da pena.
- Ⓑ A natureza e a quantidade da droga são circunstâncias judiciais previstas na parte geral do CP.
- Ⓒ A natureza e a quantidade da droga não preponderam sobre outras circunstâncias judiciais da parte geral do CP quando da dosimetria da pena.
- Ⓓ A natureza e a quantidade da droga apreendida não podem ser utilizadas, concomitantemente, na primeira e na terceira fase da dosimetria da pena, sob pena de bis in idem.

- Ⓔ As circunstâncias judiciais previstas na parte geral do CP podem ser utilizadas para aumentar a pena base, mas a natureza e a quantidade da droga não podem ser utilizadas na primeira fase da dosimetria da pena.

### ▼ Questão 62

Considerando o disposto na Lei n.º 11.343/2006 e o posicionamento jurisprudencial e doutrinário dominantes sobre a matéria regida por essa lei, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em processo de tráfico internacional de drogas, basta a primariedade para a aplicação da redução da pena.
- Ⓑ Dado o instituto da delação premiada previsto nessa lei, ao acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial podem ser concedidos os benefícios da redução de pena, do perdão judicial ou da aplicação de regime penitenciário mais brando.
- Ⓒ É vedada à autoridade policial a destruição de plantações ilícitas de substâncias entorpecentes antes da realização de laudo pericial definitivo, por perito oficial, no local do plantio.
- Ⓓ Para a configuração da transnacionalidade do delito de tráfico ilícito de drogas, não se exige a efetiva transposição de fronteiras nem efetiva coautoria ou participação de agentes de estados diversos.
- Ⓔ O crime de associação para o tráfico se consuma com a mera união dos envolvidos, ainda que de forma individual e ocasional.

## LEGISLAÇÃO ESTADUAL

### ▼ Questão 63

A Secretaria de Saúde de Pernambuco promoveu concurso público para a contratação de técnicos de enfermagem, cargo técnico de nível médio, para classificação nas unidades de saúde do território estadual. Como requisitos de habilitação, exigiu a comprovação de terceiro grau completo, bem como de diploma de conclusão de curso técnico de enfermagem com experiência na área pública e de curso técnico de informática. Motivou a exigência na necessidade de melhoria e incremento da qualidade dos serviços de saúde prestados pelo Estado, bem como pelo fato da gestão hospitalar pública ter sido informatizada. Do universo de habilitados para o concurso, mais de 90% (noventa por cento) ocupava cargos em comissão na Administração pública, em cujo âmbito tiveram custeado curso técnico de informática aplicado, estando desempenhando suas funções nas diversas unidades de saúde do Estado. De acordo com a Lei nº 6.123/1968, bem como considerando o exposto, conclui-se pela

- Ⓐ ilegalidade dos requisitos de habilitação, tendo em vista que não se encontra correlação entre as atribuições do cargo e as exigências de habilitação profissional constantes do edital, uma vez que a informatização da rede gestão hospitalar não é suficiente para exigir a cumulação dos cursos de informática e de técnico em enfermagem.
- Ⓑ legalidade do certame, tendo em vista que a expertise e o bom desempenho dos comissionados justifica a exigência de curso técnico de informática, privilegiando-se o princípio da eficiência.
- Ⓒ legalidade e pela moralidade do concurso, tendo em vista que possibilitará a extinção de cargos em comissão, passando seus ocupantes para cargo efetivo.
- Ⓓ ilegalidade, tendo em vista que essa distinção entre os participantes somente seria possível para provimento de cargo de grau superior, em razão da relevância e maior responsabilidade das atribuições.
- Ⓔ ilegalidade, tendo em vista que não se poderia ter exigido terceiro grau completo para nível médio, sendo válidos os demais requisitos.



**Questão 64**

Sobre a Lei Estadual nº 6.123/68, que institui o regime jurídico dos funcionários públicos civis do Estado, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A** A posse em cargo público verificar-se-á no prazo de 30 dias, a contar da data de publicidade do ato de provimento no órgão oficial.
- B** Haverá posse nos casos de reintegração.
- C** Somente o brasileiro nato poderá tomar posse em cargo público efetivo.
- D** A requerimento do interessado, o prazo poderá ser prorrogado, por justa causa, até 90 (noventa) dias.
- E** Exercício é o ato que completa a investidura em cargo público e órgão colegiado, ocorrendo após a posse.

**Questão 65**

Assinale a opção correta com base na Lei Complementar nº 317/2015, que dispõe sobre a função de delegado de polícia civil do estado de Pernambuco.

- A** Na remoção de delegado de polícia por interesse particular estará dispensada a autoridade competente da fundamentação do ato.
- B** Na apuração de crimes, é garantido ao delegado interpretar, com isenção, o ordenamento jurídico.
- C** Embora a função de delegado apresente natureza jurídica, desse tipo de servidor não se exige interpretação imparcial das normas, desde que fundamentado o ato.
- D** Os requisitos para o ingresso no cargo de delegado de polícia incluem a comprovação do exercício mínimo de atividade jurídica ou policial no ato de nomeação do servidor.
- E** É permitido à pessoa que tenha exercido o cargo de delegado de polícia em determinado estado da Federação assumir o mesmo cargo em outro estado em classe não inicial.

**Questão 66**

Com base nas disposições do Estatuto da Polícia Civil do Estado de Pernambuco, assinale a opção correta a respeito das normas aplicáveis aos policiais civis ocupantes de cargos de atividade policial do quadro de pessoal policial da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco.

- A** A gratificação de função policial não poderá ser acumulada com outra gratificação referente a risco de vida.
- B** Os deveres do policial civil incluem dedicação e fidelidade à Pátria, cuja honra, segurança e integridade devem ser defendidas a todo o custo, desde que isso não implique em risco à sua própria vida.
- C** As penalidades disciplinares a que estão sujeitos os policiais civis incluem remoção de ofício, repreensão e suspensão.
- D** O ato de demissão de policial civil indicará apenas o fundamento legal da demissão: não mencionará a causa da penalidade.
- E** O policial civil que efetivamente exerça função policial poderá atuar em atividades de segurança privada, nos dias de folga, se expressamente autorizado pelo titular da respectiva delegacia.

**Questão 67**

Com base nas disposições expressas na Lei nº 6.425/1972 — regime jurídico peculiar aos funcionários policiais civis do estado de Pernambuco —, assinale a opção correta.

- A** É permitido, como forma de provimento, o acesso a cargo da Polícia Civil a servidor de outras carreiras policiais, sendo exigida, no entanto, a prévia aprovação do servidor em curso específico de formação profissional realizado pela Academia de Polícia Civil.
- B** De acordo com as atribuições e complexidades do cargo ocupado pelo servidor policial civil, admite-se a

acumulação da gratificação de função policial com outras gratificações referentes a risco de vida.

- C** Para efeito de acumulação, é considerado como técnico o cargo de natureza policial para cujo preenchimento se exija diploma de curso universitário ou equivalente.
- D** A função policial é incompatível com o desempenho de qualquer outra atividade pública ou privada, de modo que não se permite que o policial civil acumule cargos, salvo quando se tratar de dois cargos de natureza policial.
- E** Por força da peculiaridade da função policial, aos servidores policiais civis do estado de Pernambuco se aplica exclusivamente a Lei nº 6.425/1972, não estando referidos servidores sujeitos ao regime jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado (Lei nº 6.123/1968).

**MEDICINA LEGAL****Questão 68**

O desenvolvimento tecnológico e social, associado à contribuição de diversas ciências, tem propiciado a evolução da medicina legal no sentido de sua subespecialização. Em relação aos ramos da medicina legal, assinale a opção **correta**.

- A** A criminalística estuda os diversos aspectos da natureza do crime, do criminoso, da vítima e do ambiente.
- B** A tanatologia forense estuda o autor do crime, principalmente quanto ao seu comportamento em relação à vítima no momento da ocorrência do delito.
- C** A policiologia científica estuda os métodos científicos utilizados pela medicina legal no auxílio das investigações policiais.
- D** A infortunística investiga, de forma técnica, os infortúnios que ocorreram com a vítima, avaliando os indícios materiais do crime, seu valor e sua interpretação nos elementos constitutivos do corpo de delito.
- E** A vitimologia forense estuda a morte e o morto, bem como suas repercussões na esfera jurídico-social.

**Questão 69**

Acerca dos documentos médico-legais, assinale a opção **correta**.

- A** Toda notificação compulsória médica deve ser comunicada à autoridade competente no prazo de até 24 h, conforme norma do Ministério da Saúde.
- B** O preâmbulo de um relatório pericial deve conter o registro dos fatos mais importantes que deram origem à requisição da perícia pela autoridade e que podem esclarecer e orientar a ação do perito.
- C** Chama-se de auto o relatório que é ditado diretamente ao escrivão e diante de testemunhas.
- D** O atestado médico administrativo é utilizado para um aluno justificar sua ausência a uma atividade escolar.
- E** O atestado médico é um documento que necessita da formalidade sobre compromisso legal, devendo ser fornecido por médico que esteja no exercício regular da medicina.

**Questão 70**

No dia 13/6/2021, no município de Santo Antônio de Pádua – RJ, por ocasião dos festejos de seu padroeiro, houve uma explosão acidental de um artefato explosivo composto exclusivamente por pólvora, que havia sido acionado pela vítima numa região descampada, o que culminou no despedaçamento de parte do seu membro superior direito, bem como em queimaduras extremas diversas, conforme descrição no laudo da necropsia.

Nessa situação hipotética, com base nas lesões descritas pelo perito legista, a autoridade policial deverá afirmar que se trata dos efeitos do *blast* de nível

- A** quaternário.
- B** primário.



- C terciário.
- D secundário.
- E quinzenário.

### Questão 71

No que diz respeito aos aspectos médico-legais da dietilamida do ácido lisérgico, é **correto** afirmar que

- A se trata de uma substância derivada do ópio, cujos efeitos são psicodislépticos.
- B seus efeitos podem ser considerados alucinógenos, já que é uma substância considerada psicodisléptica.
- C tal substância também é conhecida como “ayahuasca” e utilizada em rituais religiosos.
- D se trata de uma substância sintética de caráter psicoanaléptico, também conhecida como MDMA.
- E sua classificação é enquadrada no estudo dos barbitúricos.

### Questão 72

No dia 2/1/2022, Juliana compareceu à delegacia de polícia em Paraty – RJ para registrar ocorrência de desaparecimento dos seus pais, Sebastião e Maria Eugênia, por eles terem extrapolado o horário previsto para retorno de um passeio que faziam sozinhos naquele mesmo dia, numa luxuosa embarcação com piscina de água potável. Poucas horas depois do registro, policiais civis daquela unidade receberam a notícia do encontro de um cadáver do sexo feminino às margens de uma das praias da cidade. Feita a perinecropsia, o perito criminal relatou equimose periorbital, pele anserina, cogumelo de espuma na boca e narinas, assim como a presença de estigmas ungueais nos antebraços. No dia seguinte ao relato do desaparecimento, os policiais civis souberam que pescadores haviam encontrado um cadáver do sexo masculino em alto-mar. Comparecendo ao local, o perito criminal relatou que o cadáver estava em decúbito ventral, com ausência do cogumelo de espuma, sem sinais aparentes de violência e sem sinais de putrefação. Os dois cadáveres foram submetidos a exame necroscópico, necropapiloscópico e a testes laboratoriais específicos, confirmando-se que eram, respectivamente, de Maria Eugênia (cadáver C1) e Sebastião (cadáver C2). Em relação a C1, o perito legista confirmou as lesões descritas pelo perito criminal. Em relação a C2, foi relatada a presença do sinal de Niles, do sinal de Vargas-Alvarado, além de manchas de Paltauf. Quanto à prova das densidades comparadas e ao ponto crioscópico do sangue, foram destacadas alterações na diluição do sangue no hemioração esquerdo dos dois cadáveres, sendo relatadas hemodiluição/hidremia em C1 e hemoconcentração em C2, com as respectivas características, tais como descritas por Mario Carrara.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção **correta**.

- A O cogumelo de espuma é um sinal patognomônico de afogamento, de modo que a sua ausência em C2, relatada pelo perito criminal, é suficiente para que o delegado de polícia conclua a investigação excluindo a ocorrência dessa modalidade de asfixia no caso de C2.
- B As lesões descritas pelo perito criminal nos antebraços de C1 não permitem que o delegado de polícia requisiite ao perito legista a coleta de material subungueal de C2 para eventual confronto genético.
- C A verificação da diferença na diluição do sangue nos hemiorações esquerdos dos cadáveres permite que o delegado de polícia considere que as duas mortes ocorreram por afogamento em água salgada, uma vez que a informação quanto ao ponto crioscópico do sangue seria irrelevante, pois tal achado seria idêntico tanto em água doce quanto em água salgada.
- D Em relação a C2, enquanto o sinal de Niles faz referência ao encontro de água doce no átrio esquerdo do coração, o sinal de Vargas-Alvarado diz respeito à presença de plâncton na corrente sanguínea.

- E Os achados periciais permitem que o delegado de polícia considere que as duas mortes foram provocadas por afogamento, tendo a de Sebastião ocorrido em água salgada e a de Maria Eugênia, em água doce, ainda que C1 tenha sido encontrado numa praia.

### Questão 73

Assinale a opção em que os dois tipos de fenômenos transformativos verificados nos cadáveres em estado de decomposição estão correta e respectivamente exemplificados

- A conservadores: autólise, putrefação e maceração; destrutivos: mumificação e saponificação
- B conservadores: mumificação e saponificação; destrutivos: autólise, putrefação e maceração
- C conservadores: mumificação e maceração; destrutivos: saponificação e autólise
- D conservadores: putrefação e maceração; destrutivos: autólise e maceração
- E conservadores: autólise, mumificação e saponificação; destrutivos: putrefação e maceração

## CRIMINOLOGIA

### Questão 74

Afirmar que a criminologia é interdisciplinar e tem o empirismo como método significa dizer que esse ramo da ciência

- A utiliza um método analítico para desenvolver uma análise indutiva.
- B considera os conhecimentos de outras áreas para formar um conhecimento novo, se afirmando, então, como independente.
- C utiliza um método silogístico.
- D utiliza um método racional de análise e trabalha o direito penal de forma dogmática.
- E é metafísica e leva em conta os métodos das ciências exatas para o estudo de seu objeto.

### Questão 75

João nutria grande desejo por sua colega de turma, Estela, mas não era correspondido. Esse desejo transformou-se em ódio e fez que João planejasse o estupro e o homicídio da colega. Para isso, ele passou a observar a rotina de Estela, que trabalhava durante o dia e estudava com João à noite. Determinado dia, após a aula, em uma rua escura no caminho de Estela para casa, João realizou seus intentos criminosos, certo de que ficaria impune, mas acabou sendo descoberto e preso.

Com relação à situação hipotética descrita no texto e às funções da criminologia, da política criminal e do direito penal, assinale a opção correta.

- A O direito penal tem a função de analisar a forma como o crime foi cometido, bem como estudar os meios que devem ser adotados com relação à pena e à ressocialização de João.
- B O direito penal é o responsável pelo diagnóstico do fenômeno dos crimes cometidos contra as mulheres.
- C A criminologia deverá analisar a conduta de João, subsidiando o juiz quanto ao arbitramento da pena.
- D A política criminal tem a função de propor medidas para a redução das condições que facilitaram o cometimento do crime por João, como a urbanização e a iluminação de ruas.
- E A criminologia deverá indicar os trajetos que precisam de rondas policiais ou os locais para se instalarem postos policiais.

### Questão 76

Acerca das teorias sociológicas da criminologia, assinale a opção **correta**.

- A A teoria da desorganização social é considerada uma teoria do conflito social.

- Ⓔ A subcultura delinquente é um exemplo de teoria do consenso.
- Ⓕ A escola de Chicago, importante marco para o estudo da criminalidade urbana, representa uma das teorias do conflito social.
- Ⓖ A criminologia feminista opõe-se frontalmente à criminologia crítica que advém do positivismo criminológico.
- Ⓗ A teoria do *labelling approach* é exemplo de teoria do consenso, uma vez que se preocupa com os comportamentos não desviantes.

### ▼ Questão 77

João nutria grande desejo por sua colega de turma, Estela, mas não era correspondido. Esse desejo transformou-se em ódio e fez que João planejasse o estupro e o homicídio da colega. Para isso, ele passou a observar a rotina de Estela, que trabalhava durante o dia e estudava com João à noite. Determinado dia, após a aula, em uma rua escura no caminho de Estela para casa, João realizou seus intentos criminosos, certo de que ficaria impune, mas acabou sendo descoberto e preso.

Conforme a criminologia crítica, o crime praticado contra Estela, descrito no texto, pode ser explicado

- Ⓐ por traumas de infância desenvolvidos por João, o que tornou difícil a sua relação com as mulheres.
- Ⓑ pela pouca iluminação da rua que Estela elegeu para voltar para casa depois da aula.
- Ⓒ pelo comportamento imprudente de Estela, que, no período noturno, andava sozinha em rua mal iluminada.
- Ⓓ pela existência de alguma característica inata de João, que fatalmente o levaria a cometer os crimes de estupro e homicídio.
- Ⓔ por multifatores, como uma cultura misógina que desvaloriza as mulheres e que legitima a sua punição quando não forem atendidos os interesses e os desejos masculinos.

### ▼ Questão 78

A criminologia considera que o papel da vítima varia de acordo com o modelo de reação da sociedade ao crime. No modelo

- Ⓐ clássico, a vítima é a responsável direta pela punição do criminoso, sendo figura protagonista no processo penal.
- Ⓑ ressocializador, busca-se o resgate da vítima, de modo a reintegrá-la na sociedade.
- Ⓒ retribucionista, o objetivo restringe-se ao ressarcimento do dano pelo criminoso à vítima.
- Ⓓ da justiça integradora, a vítima é tida como julgadora do criminoso.
- Ⓔ restaurativo, o foco é a participação dos envolvidos no conflito em atividades de reconciliação, nas quais a vítima tem um papel central.

## DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

### ▼ Questão 79

Quanto à classificação, o bem que admite uso constante, possibilitando-se que dele se retirem todas as suas utilidades, sem atingir sua integridade, é considerado

- Ⓐ fungível.
- Ⓑ indivisível.
- Ⓒ principal.
- Ⓓ singular.
- Ⓔ inconsumível.

### ▼ Questão 80

Determinado indivíduo tinha direito de usufruto de uma casa. Tal direito era transmissível a seus sucessores que com ele habitassem à época de sua morte. Além disso, ele era proprietário

de um pequeno barco. Quando de seu falecimento, foi aberta a sucessão.

De acordo com o Código Civil, os referidos bens — direito real de usufruto; direito real sobre o barco; direito à sucessão aberta — são classificados, respectivamente, como bens

- Ⓐ imóvel, móvel e imóvel.
- Ⓑ móvel, imóvel e móvel.
- Ⓒ imóvel, imóvel e imóvel.
- Ⓓ móvel, móvel e móvel.
- Ⓔ imóvel, móvel e móvel.

### ▼ Questão 81

Em geral, todas as condições do negócio jurídico que não sejam contrárias à lei, à ordem pública e aos bons costumes são lícitas.

Entretanto, condição física ou juridicamente impossível imposta por uma das partes do negócio à outra uma

- Ⓐ invalidará o negócio jurídico, se for resolutiva.
- Ⓑ invalidará o negócio jurídico, caso seja suspensiva.
- Ⓒ será considerada inexistente, seja ela suspensiva ou resolutiva.
- Ⓓ será considerada anulável, se for resolutiva.
- Ⓔ será considerada inexistente, caso seja suspensiva.

### ▼ Questão 82

De acordo com as disposições da legislação civil em vigência acerca de negócios jurídicos, assinale a opção **correta**.

- Ⓐ A manifestação de vontade não subsiste se o autor houver feito reserva mental.
- Ⓑ São dois os requisitos para a validade do negócio jurídico: agente capaz e objeto lícito, possível e determinado.
- Ⓒ O ato de confirmação dispensa a substância do negócio jurídico celebrado, bastando a vontade expressa de mantê-lo.
- Ⓓ A invalidade do instrumento induz a do negócio jurídico.
- Ⓔ São anuláveis os negócios jurídicos cujas declarações de vontade tenham emanado de erro substancial passível de ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

### ▼ Questão 83

De acordo com as disposições do Código Civil, é nulo o negócio jurídico

- Ⓐ firmado por agente relativamente incapaz na data da celebração.
- Ⓑ que seja resultado de simulação.
- Ⓒ quando uma parte, em estado de perigo, se comprometer a cumprir prestação excessiva.
- Ⓓ celebrado com lesão a uma das partes, obrigando-a a dever manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- Ⓔ celebrado com engano (dolo) provocado por uma das partes.

### ▼ Questão 84

Em janeiro de 2020, João, com 70 anos de idade, foi vítima de estelionato praticado por José. A ação penal foi oferecida pelo Ministério Público (MP) sem a representação de João, motivo pelo qual o juízo criminal extinguiu a ação penal, com base no inciso IV do § 5.º do art. 171 do Código Penal, alegando ilegitimidade do MP.

Nessa situação hipotética, tendo a sentença penal transitado em julgado em janeiro de 2021, João poderá ingressar em juízo para obter a reparação civil do dano até janeiro de

- Ⓐ 2023, haja vista o prazo prescricional de 3 anos, a contar da ocorrência do evento danoso.
- Ⓑ 2025, em razão do prazo prescricional de 5 anos, a contar da ocorrência do evento danoso.

- Ⓒ 2023, em razão do prazo prescricional de 2 anos, a contar do trânsito em julgado da sentença penal.
- Ⓓ 2024, visto que o prazo prescricional de 3 anos começa a fluir do trânsito em julgado da sentença penal.
- Ⓔ 2026, visto que o prazo prescricional de 5 anos começa a fluir do trânsito em julgado da sentença penal.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### Questão 85

Acerca da teoria geral do processo, julgue os itens a seguir.

**I** A primeira fase metodológica do processo civil é conhecida também como praxismo e corresponde à época em que o processo era visto como mero procedimento, simples sucessão de atos e formas, não havendo distinção entre direito material e direito processual, pois o procedimento era visto como apêndice do direito material.

**II** O instrumentalismo é a fase que visa estabelecer o elo entre o direito processual e o direito material, entendendo-se que há uma sobreposição do processo sobre o direito material.

**III** Para a doutrina do neoprocessualismo, a técnica legislativa das cláusulas gerais deve ser evitada, para ser garantida maior segurança jurídica das relações e evitado o ativismo judicial.

**IV** No formalismo-valorativo, destaca-se a importância que se deve dar aos valores constitucionalmente protegidos na pauta de direitos fundamentais e no reforço dos aspectos éticos do processo, com especial destaque para a afirmação do princípio da cooperação.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens I e IV estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens III e IV estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

### Questão 86

No que concerne aos princípios processuais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF) e às disposições do Código de Processo Civil (CPC) a respeito das normas processuais fundamentais e da jurisdição, assinale a opção **correta**.

- Ⓐ É dever dos juízes e dos tribunais respeitar a ordem cronológica de conclusão dos processos para proferir sentenças ou acórdãos, sendo nula a decisão que não a observar.
- Ⓑ De acordo com o princípio da não surpresa, em nenhum grau de jurisdição o juiz poderá decidir com base em fundamentos sobre os quais as partes não tenham tido a oportunidade de se manifestar, exceto as matérias sobre as quais deva decidir de ofício.
- Ⓒ O princípio do devido processo legal, no aspecto substancial, consiste na exigência constitucional e legal de que ninguém poderá ser privado de seus bens e de sua liberdade sem a observância das garantias processuais mínimas, como o contraditório e o juiz natural.
- Ⓓ A mediação, a conciliação e a arbitragem são métodos autocompositivos de solução de conflitos admitidos pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- Ⓔ O princípio da duração razoável do processo compreende o direito à solução integral de mérito, incluída a atividade satisfativa.

### Questão 87

Suponha que Roberto tenha ingressado em juízo com ação de cobrança da quantia de R\$ 150, proveniente da venda de uma bicicleta usada. O juiz indeferiu a petição inicial sob o pretexto de que o valor pretendido pelo requerente era inferior ao valor das despesas despendidas pelo Estado na solução da

controvérsia. Nessa situação, a decisão do juiz constitui ofensa ao princípio

- Ⓐ do contraditório.
- Ⓑ da ampla defesa.
- Ⓒ da indisponibilidade da jurisdição.
- Ⓓ da preclusão.
- Ⓔ da inércia da jurisdição.

### Questão 88

Conforme regra prevista no Código de Processo Civil (CPC), no cumprimento de sentença para recebimento de honorários de sucumbência fixados por quantia certa em decisão prolatada na fase processual de conhecimento, os juros moratórios

- Ⓐ incidem a partir da data da propositura da ação de conhecimento, quando devidos pelo autor, ou da data da citação, quando devidos pelo réu.
- Ⓑ incidem a partir da data da publicação da decisão que determinou o pagamento de honorários.
- Ⓒ incidem a partir do trânsito em julgado da decisão que determinou o pagamento de honorários.
- Ⓓ não são devidos, cabendo apenas correção monetária do valor fixado.
- Ⓔ incidem a partir da intimação do devedor para efetivar o cumprimento de sentença.

### Questão 89

A confissão realizada em ação civil será

- Ⓐ limitada na eficácia se feita por representante.
- Ⓑ revogável se proveniente de erro de fato.
- Ⓒ revogável se decorrer de coação.
- Ⓓ nula se decorrer de dolo.
- Ⓔ anulável se decorrente de falso entendimento da norma.

### Questão 90

A respeito dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária, assinale a opção correta.

- Ⓐ Na ação de interdição, o laudo médico de incapacidade deverá ser apresentado após o saneamento do processo e somente no caso de o juiz considerar que a alegação de incapacidade precise de comprovação.
- Ⓑ O requerente deverá valer-se: da notificação, quando pretender que alguém faça ou deixe de fazer algo que afete seu direito; da interpelação, caso deseje informar uma pessoa que com ele possua relação jurídica acerca de seu propósito sobre assunto juridicamente relevante.
- Ⓒ No divórcio consensual, não havendo acordo entre os cônjuges sobre a partilha dos bens, esta será realizada apenas após a homologação do divórcio pelo juiz.
- Ⓓ O terceiro que for mero detentor do testamento particular será considerado parte ilegítima para requerer ao juízo a publicação do testamento, por não possuir a condição de herdeiro, legatário ou testamentário.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

### Questão 91

Em relação à capacidade tributária passiva, é correto afirmar que são tributariamente incapazes

- Ⓐ as pessoas físicas que não puderem exprimir sua vontade.
- Ⓑ as unidades sociais, ainda que não constituídas como pessoas jurídicas.
- Ⓒ os menores de idade.
- Ⓓ as pessoas físicas privadas do exercício profissional.
- Ⓔ as unidades profissionais, ainda que não constituídas como pessoas jurídicas.

### Questão 92

No âmbito de uma execução fiscal por dívida tributária, restando constatada a existência de erro material e não havendo



modificação do sujeito passivo, entende o STJ que a certidão de dívida ativa pode ser substituída até

- A** o prazo para a apresentação dos embargos, facultado ao executado emendar a sua defesa no prazo da contestação.
- B** o prazo para a apresentação dos embargos, assegurada ao executado a devolução do prazo para contestar a ação.
- C** a data da citação, não sendo alterado o prazo para a apresentação dos embargos.
- D** a prolação da sentença de embargos, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.
- E** a prolação da sentença de embargos, assegurada ao exequente a devolução do prazo para contestar.

### ▼ Questão 93

A respeito dos crimes contra a ordem tributária, observado o disposto na Lei n.º 8.137/1990 e na jurisprudência do STF, assinale a opção **correta**.

- A** O comerciante que, ainda que de maneira eventual, não recolher aos cofres públicos valor de ICMS cobrado do adquirente de mercadoria incorrerá em crime de apropriação indébita tributária.
- B** O crime de apropriação indébita tributária é próprio, de forma que somente pode ser cometido por quem detenha a condição de sujeito passivo da obrigação tributária, seja como contribuinte ou responsável tributário.
- C** O crime de apropriação indébita tributária não exige o dolo específico de apropriação, motivo por que se mostra suficiente a constatação de reiteração da conduta, ainda que sob a modalidade culposa.
- D** O crime de apropriação indébita tributária é de natureza material e, portanto, não prescinde da conclusão do processo administrativo fiscal para fins de encaminhamento da representação fiscal ao Ministério Público.
- E** O crime de apropriação indébita tributária exige a ocorrência de fraude para que haja a caracterização do tipo penal.

### ▼ Questão 94

De acordo com o disposto na Lei n.º 8.137/1990, os crimes contra a ordem tributária estarão sujeitos à ação penal pública

- A** incondicionada, a qual somente pode ser promovida após o trânsito em julgado da respectiva execução fiscal.
- B** condicionada à apresentação da representação fiscal para fins penais.
- C** condicionada à apresentação de certidão da fazenda pública que ateste o lançamento definitivo do tributo.
- D** incondicionada, a qual pode ser promovida pelo Ministério Público independentemente de representação fiscal para fins penais.
- E** condicionada ao trânsito em julgado do processo executivo de cobrança, independentemente da apresentação da representação fiscal para fins penais.

### ▼ Questão 95

João, prestador de serviços, trabalha como MEI na forma da Lei Complementar n.º 123/2006 (SIMPLES Nacional). Nessa qualidade, com o propósito de recolher menos tributo, ele informou à RFB ter recebido, no exercício de 2016, a receita bruta de R\$ 50.000, mas a RFB constatou que sua receita bruta real nesse exercício havia sido de R\$ 120.000. Ante a existência de provas suficientes desses fatos, a conduta de João foi tipificada como dolosa.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta com base na Lei n.º 8.137/1990, que dispõe sobre crimes contra a ordem tributária.

- A** A conduta de João poderá ser tipificada como crime contra a ordem tributária somente após o lançamento definitivo do tributo em exame.

- B** Sabe-se que a falsa declaração de dados de interesse tributário é crime formal cuja tipificação independe do lançamento tributário. Nesse caso, somente se João tivesse retificado as informações antes do início da diligência fiscal o crime seria afastado.
- C** Eventual exclusão de João do SIMPLES Nacional somente produziria efeitos tributários no exercício seguinte, ou seja, em 2017. Não tendo havido redução do tributo devido, não se pode falar em crime contra a ordem tributária.
- D** Sabe-se que o MEI enquadrado no SIMPLES Nacional paga o seu tributo em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês. Por isso, se João tivesse efetuado a retificação das informações após o lançamento definitivo do tributo, não haveria crime tributário

## DIREITO AMBIENTAL

### ▼ Questão 96

Determinada indústria têxtil elimina seus componentes químicos no rio que abastece uma cidade, alterando as características do meio ambiente e prejudicando a segurança e o bem-estar da população.

Nesse caso, o princípio ambiental que determina o dever da indústria de arcar com as consequências econômicas da atividade descrita é o princípio

- A** da precaução.
- B** da equidade intergeracional.
- C** da prevenção.
- D** do poluidor-pagador.
- E** do usuário-pagador.

### ▼ Questão 97

Assinale a opção **correta** no que diz respeito ao tratamento constitucional dado ao patrimônio cultural brasileiro.

- A** A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais, excetuados os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, cuja gestão é feita pela UNESCO.
- B** O patrimônio cultural é constituído pelos bens de natureza material e imaterial, tomados coletivamente, portadores de referência à identidade dos povos colonizadores, ao gênero expressivo, à ação política e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.
- C** A gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem cabem ao terceiro setor, na forma da lei.
- D** O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, bem como de outras formas de acautelamento e preservação.
- E** É facultado aos estados e ao Distrito Federal vincular ao orçamento federal de fomento à cultura até cinco por cento de sua receita tributária líquida para o financiamento de programas e projetos culturais que visem à efetivação da cidadania.

### ▼ Questão 98

Conforme legislação ambiental pertinente, a competência para aprovar o manejo e a supressão de vegetação, florestas e formações sucessoras em imóveis rurais é uma atribuição

- A** da União.
- B** do estado.
- C** do município.
- D** do Conselho Nacional de Meio Ambiente.
- E** da Comissão Tripartite Nacional.

**Questão 99**

Constatado dano ambiental em imóvel adquirido em hasta pública, o Estado, visando a reparação, pretende ajuizar ação contra o atual proprietário.

Nessa situação hipotética, a responsabilidade do arrematante

- A** dependerá da existência de má-fé no ato de arrematação.
- B** independará da sua culpa, mas exigirá prova do prévio conhecimento do dano.
- C** dependerá de se comprovar que o antigo proprietário não possui meios de reparar o dano.
- D** independará de ter sido ele o causador do dano constatado no imóvel após a arrematação.
- E** independará da boa-fé, mas exigirá que o dano tenha se agravado após a aquisição.

**Questão 100**

Determinada atividade poluiu parte de um rio no interior do estado de Pernambuco, o que comprometeu a pesca de subsistência no local. Diante dessa situação, um dos afetados pelos danos causados ajuizou ação indenizatória contra o responsável.

Nessa situação hipotética, a ação poderá ser julgada

- A** improcedente, se for comprovado que o poluidor observou os limites da emissão de poluentes, haja vista a sua responsabilidade ser subjetiva.
- B** improcedente, se o dano perseguido for de cunho moral, uma vez que os danos extrapatrimoniais não são alcançáveis em demandas com fundo de direito ambiental.
- C** improcedente, se for comprovado que a atividade que causou o dano era lícita, o que, por si só, caracteriza uma excludente da responsabilidade.
- D** procedente, independentemente do nexo causal entre a conduta e o dano, uma vez que a responsabilidade do poluidor é objetiva.
- E** procedente, independentemente da licitude da atividade e da observância dos limites de emissão de poluentes, uma vez que a responsabilidade do poluidor é objetiva.